Nota para a Imprensa

7.11.2023





1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

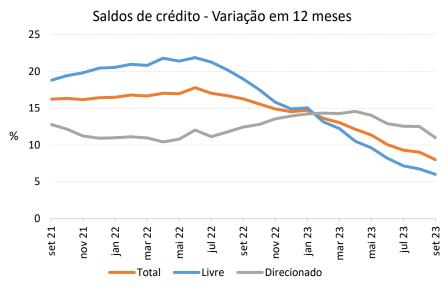
Em setembro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro situou-se em R\$15,5 trilhões (147% do PIB), com retração de 0,5% no mês. O principal fator dessa queda foram os títulos da dívida pública, que diminuíram 3,9%. Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 7,1%, ante 8,9% em agosto deste ano.

O crédito ampliado às empresas alcançou R\$5,5 trilhões (51,9% do PIB), com acréscimo de 1,9% no mês, com crescimento nos saldos dos empréstimos da dívida externa, 2,0%, dos títulos privados de dívida, 3,0%, e dos empréstimos do SFN, 1,3%. Em 12 meses, a variação de 7,2% decorreu do crescimento de 24,9% em títulos de dívida.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$3,6 trilhões (34,5% do PIB) em setembro, com expansões de 0,4% no mês e de 10,2% em doze meses (ante 1,5% e 11,4% em agosto, nas mesmas bases de comparação), com destaque para o incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O saldo das operações de crédito do SFN alcançou R\$5,6 trilhões em setembro, com elevação de 0,8% no mês. Esse desempenho resultou dos incrementos mensais de 1,6% na carteira de crédito para pessoas jurídicas, com total de R\$2,2 trilhões, e de 0,3% na carteira para pessoas físicas, com total de R\$3,4 trilhões. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o saldo das operações de crédito do SFN aumentou 8,0% (9,0% em agosto). Por segmento, observadas as mesmas bases de comparação, os saldos de crédito para as empresas e para as famílias desaceleraram, com incrementos de 4,4% ante 5,0% em agosto e de 10,5% ante 11,8% em agosto, na mesma ordem.



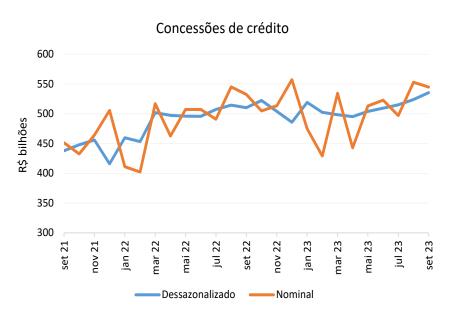
O saldo das operações de crédito com recursos livres alcançou R\$3,3 trilhões, com altas de 0,8% no mês e de 6,0% em doze meses. O crédito livre para pessoas jurídicas somou R\$1,4 trilhão em setembro, com avanços de 1,9% no mês e de 2,1% em doze meses. Nesse contexto, destacou-se a evolução da carteira de desconto de duplicatas e outros recebíveis (+15,5%) decorrente da sazonalidade característica do período, bem como os

incrementos nas carteiras de antecipação de faturas de cartão de crédito (+5,6%) e de outros créditos livres (+2,4%).



O crédito com recursos livres às pessoas físicas somou R\$1,9 trilhão em setembro, com estabilidade no mês e expansão de 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho decorreu da elevação em financiamentos para aquisição de veículos (+1,1%), crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS (+1,2%) e crédito consignado para trabalhadores do setor público (+0,5%) e, em sentido contrário, da redução no cartão de crédito total (-1,6%).

O crédito com recursos direcionados somou R\$2,3 trilhões em setembro, com incrementos de 0,8% no mês e de 11,0% comparativamente a setembro de 2022. Por segmento, o saldo das operações direcionadas para as empresas alcançou R\$781 bilhões, com altas de 1,0% no mês e de 8,6% em doze meses, enquanto o saldo das operações direcionadas às famílias cresceu 0,8% e 12,2%, na mesma ordem, ao totalizar R\$1,5 trilhão.



As concessões nominais de crédito somaram R\$544,8 bilhões em setembro. Nas séries com ajuste as concessões totais sazonal, aumentaram 2,3% no mês, com incrementos de 3,8% no crédito a pessoas jurídicas e de 0,5% para pessoas físicas. As concessões nominais acumuladas nos doze meses até setembro cresceram 5,3%, com aumentos de 1,0% no crédito às empresas e de 9,1% no crédito às famílias. As concessões médias diárias em setembro aumentaram 13,3% em relação a agosto deste ano.

A taxa média de juros das novas contratações em setembro recuou 0,2 p.p. no mês e aumentou 1,5 p.p. em doze meses, ao atingir 30,5% a.a. O *spread* bancário das novas contratações atingiu 21,2 p.p., com diminuição de 0,2 p.p. no mês e alta de 2,1 p.p. comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

No crédito livre, a taxa média de juros situou-se em 43,3% a.a. em setembro, com redução de 0,2 p.p. no mês e aumento de 2,8 p.p. em doze meses. A taxa média de juros para as operações contratadas com pessoas jurídicas alcançou 22,9% a.a., com incrementos de 0,4 p.p. no mês e de 0,1 p.p. em doze meses, resultado de uma maior participação de modalidades com taxas mais elevadas em relação às de menor custo (efeito saldo).

No crédito livre às pessoas físicas, a taxa média de juros atingiu 57,3% a.a., com diminuição de 0,5 p.p. no mês e acréscimo de 3,5 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse desempenho decorreu, principalmente, da redução das taxas médias praticadas nas principais modalidades (efeito taxa), com destaque para crédito pessoal não consignado (-1,3 p.p.), crédito consignado para trabalhadores do setor público (-0,3 p.p.) e cartão de crédito rotativo (-4,4 p.p.).

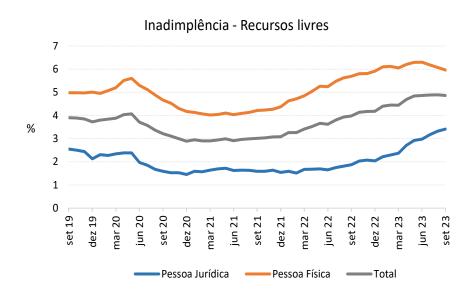


Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)			
	ago/23	set/23		Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	57,8	57,3		-0,6	0,1	-0,5
Pessoa Jurídica	22,5	22,9		-0,3	0,7	0,4
Total	43,5	43,3		-0,4	0,2	-0,2

O Indicador de Custo do Crédito (ICC) - que mede o custo médio de todo o crédito do SFN - diminuiu 0,1 p.p. em setembro, para 22,4% a.a. (+1,2 p.p. em 12 meses).

A inadimplência do crédito total do SFN, considerados os atrasos superiores a 90 dias, diminuiu 0,1 p.p. no mês, situando-se em 3,5%. Na carteira de pessoas jurídicas, a inadimplência manteve-se estável em 2,7%, enquanto na carteira de pessoas físicas diminuiu 0,1 p.p., em 4,0%.



No crédito livre, a inadimplência manteve-se estável em 4,9% em setembro, com elevação de 0,1 p.p. no crédito livre às empresas (3,4%) e diminuição de 0,1 p.p. no crédito livre às famílias (6,0%).

O endividamento das famílias situou-se em 48,0% em agosto, com aumento de 0,2 p.p. no mês e queda de 1,7 p.p. em 12 meses. O comprometimento de renda diminuiu 0,1 p.p. nas mesmas bases de comparação, atingindo 27,5%.

3. Agregados monetários

A base monetária totalizou R\$404,5 bilhões em setembro, com elevações de 1,2% no mês e de 2,8% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação encolheu 1,3% e as reservas bancárias cresceram 13,4%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram expansão as operações do setor externo, R\$527 milhões, as com títulos públicos federais, R\$19,5 bilhões (resgates líquidos de R\$242,9 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$223,4 bilhões no mercado secundário), as operações com derivativos, R\$15,9 bilhões, e as de redesconto e de linhas de liquidez,



R\$123 milhões. Impactaram de maneira contracionista as operações do Tesouro Nacional, R\$11 bilhões, e os depósitos de instituições financeiras, R\$11,7 bilhões (recolhimento de recursos de depósitos a prazo, -R\$1,6 bilhão, de recursos não aplicados em operações de microfinanças, -R\$54 milhões, recebimento de depósitos voluntários a prazo, -R\$12,5 bilhões, de depósitos prévio para compensação de cheques e outros papeis, -R\$133 milhões, liberação de recursos de caderneta de poupança, +R\$1,2 bilhão, de recursos do Proagro, +R\$175 milhões e de depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$1,2 bilhão).

Os meios de pagamento restritos (M1) totalizaram R\$611,9 bilhões, aumento de 0,6% no mês, resultado da diminuição de 0,4% do papel-moeda em poder do público e do crescimento de 1,5% dos depósitos à vista. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 registrou avanço de 0,9% no mês.

O M2 cresceu 1,2% no mês, com saldo total de R\$5,6 trilhões, refletindo o aumento de 1,5% no saldo de títulos emitidos por instituições financeiras, que alcançou R\$4,1 trilhões, resultado dos crescimentos de 2,1% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI) e de 1,7% no saldo dos depósitos a prazo. No período, o saldo dos depósitos de poupança não registrou variação, apesar dos resgates líquidos de R\$5,8 bilhões, totalizando R\$971 bilhões. O M3 registrou variação positiva de 0,8% no período, alcançando R\$10,6 trilhões, reflexo de aumentos no M2 e no saldo das quotas de fundos monetários, que totalizou R\$4,7 trilhões, com variação positiva de 0,6%. O M4 avançou 1,5% no mês, atingindo R\$11,6 trilhões. Em 12 meses, expansão de 10,9%.